

1 Ata nº 217 da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde (CMS) de Jaciara,
2 realizada aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às
3 quatorze horas e dezessete minutos, nas dependências Secretaria Municipal de Saúde de
4 Jaciara, conforme lista de presença anexa. A reunião teve início com a leitura da ata da
5 reunião anterior, ata número 216. Após a leitura da ata a senhora Ellys Marina Corrêa
6 Lucchin pediu que fosse realizada uma observação na mesma pois faltou informar que a
7 criação do regimento da ouvidoria municipal do SUS foi aprovada pelos conselheiros
8 com os seguintes pontos já definidos: as manifestações poderão ser classificadas de
9 acordo com a prioridade como urgente, média, alta ou baixa. Sendo que os prazos para
10 resposta serão de imediato até sete dias para os casos urgentes, de até quinze dias para
11 prioridade alta, até vinte dias para classificação média e até trinta dias para baixa. Em
12 seguida a conselheira Mirna Aparecida Thomé Monte fez outra observação em relação à
13 ata número 216, de que não concorda de que houve falha na organização do Programa
14 Saúde na Escola (PSE) e que o problema foi apenas na entrega dos convites. Registrada
15 as devidas observações a ata foi votada e aprovada por unanimidade pelos conselheiros.
16 Dando continuidade à reunião a Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Sra. Suely
17 Cristina Castro da Silva de Moraes iniciou a leitura do relatório da I Conferência
18 Municipal de Vigilância em Saúde de Jaciara, salientando que a leitura do relatório é
19 apenas a título de informação porque o mesmo será aprovado pela Comissão
20 Organizadora da referida conferência. Ao final da leitura a senhora Ellys Marina Corrêa
21 Lucchin esclareceu que as propostas apresentadas no relatório ainda serão revisadas e
22 unificadas pela comissão organizadora da I Conferência Municipal de Vigilância em
23 Saúde de Jaciara. Posteriormente o conselheiro Fábio Ferreira Santos fez algumas
24 ponderações sobre as competências e a atuação da vigilância sanitária do município.
25 Logo depois a Sra. Suely Cristina Castro da Silva de Moraes explicou que seria lido o
26 Relatório da Comissão de Avaliação do Relatório de Gestão da Saúde de Jaciara-MT
27 referente ao ano de 2016. A presidente do CMS enfatizou que a senhora Fábiana Cristina
28 Nogueira S. Betim, que era a responsável pela pasta durante a maior parte do ano de
29 2016, disse que participaria desta reunião, mas não compareceu. Teve início então a
30 leitura do referido relatório e a senhora Suely ressaltou que existe uma diferença entre
31 os dados apresentados pelo Tribunal de Contas do Estado e o que foi informado no
32 Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS), sendo que o
33 percentual apurado pelo Tribunal de Contas de Mato Grosso para o indicador *Aplicação*
34 *na Saúde – Despesas com ações e serviços públicos de saúde (Limite Mínimo fixado*
35 *15%)* foi de 28.06% em 2016 e para o mesmo indicador o valor apurado no Relatório
36 Anual de Gestão/2016 foi de 18.51%, relata ainda que os percentuais apurados em anos
37 anteriores para este indicador no ano anterior foi acima, ressaltando que já foi uma
38 complicado nas questões financeiras. Em seguida, foram realizados alguns
39 esclarecimentos sobre a legislação que orienta o orçamento e as despesas como a Lei
40 Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 e a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de
41 1990. Mais uma vez a Presidente do Conselho Municipal de Saúde, senhora Suely
42 Cristina Castro da Silva de Moraes alertou sobre possíveis falhas no preenchimento do
43 SIOPS, onde a assessoria prestada pela FACILITA Gestão Pública já havia constatado
44 essa falha em 2016, que tais inconsistências na informação gera relatórios falhos que
45 podem ocasionar na reprovação das contas da gestão e solicitou ao Secretário Municipal
46 de Saúde, senhor Audimar Rocha Santos, que atente à essa questão e sobre a
47 necessidade de ter uma pessoa capacitada na secretaria de saúde para alimentar
48 corretamente esse sistema. O secretário Audimar respondeu que esse problema que está
49 acontecendo com o SIOPS também está afetando o acompanhamento do orçamento e
50 que realmente precisa ser resolvido. A senhora Suely explicou que SIOPS é o sistema

de informação orçamentária da saúde e que atualmente é preenchido na prefeitura. Dando continuidade à leitura do relatório da comissão de avaliação do relatório de gestão foram apresentados e debatidos diversos indicadores da saúde que tiveram resultados insatisfatórios no ano de 2016. Também foram expostos no relatório da comissão avaliadora da gestão da saúde as falhas que já haviam sido apontadas no ano de 2015 e que se repetiram no ano de 2016 e o atual secretário da pasta, Audimar Rocha Santos foi alertado para que a gestão do ano de 2017 não tenha os mesmos problemas. O secretário Audimar questionou qual relatório já havia sido reprovado pelo conselho municipal de saúde e a senhora Suely informou que o Relatório Anual de Gestão (RAG) referente ao ano de 2015 foi reprovado pelo CMS e o que estava sendo analisado no momento era referente à 2016. O senhor Célio Carnaúba, que compareceu à reunião na condição de convidado, sugeriu que os relatórios que serão tratados nas reuniões do CMS sejam enviados antecipadamente por e-mail para que a reunião não seja tão cansativa. A senhora Suely disse que as reuniões do conselho municipal de saúde são muito técnicas em alguns casos e que as vezes não resolveria enviar o material antecipadamente porque é preciso da leitura e debate em conjunto para que todos os pontos fiquem claros. E que os conselheiros que já acompanham as reuniões a mais tempo estão a par dos processos de trabalho. O conselheiro Mauro José Ramos acrescentou que o CMS não tem uma secretária para dar o suporte administrativo, o que dificulta o envio de materiais com antecedência, assim como elaboração de atas e outros documentos. O senhor Célio Carnaúba afirmou que não é conselheiro, mas que tem interesse em acompanhar o CMS e fez essa sugestão para tentar ajudar. A presidente Suely reconheceu que para quem não está familiarizado com as tratativas do CMS pode achar as reuniões complexas e extensas, mas são necessárias. Falou ainda que não tem como firmar o compromisso de encaminhar os materiais com antecedência sendo que não tem condições para isso, que o conselho já solicitou uma secretária executiva em gestões anteriores e atual, mas até hoje o pedido não foi atendido. A conselheira Mirna Aparecida Thomé Monte comentou que o que estava sendo apresentado na reunião era uma junção de tudo que já havia sido tratado anteriormente. Retornando à apresentação do relatório de avaliação do RAG 2016 a senhora Suely explicou que cada órgão que vai analisar o referido relatório tem sua autonomia e seus critérios, não é porque uma comissão aprova/reprova que a outra tem obrigatoriedade de aprovar/reprovar também. A conselheira Rosângela Ramalho Ribeiro Lopes citou o exemplo do ano anterior em que o CMS reprovou o RAG, mas o Tribunal de Contas do Estado aprovou com ressalvas. Após a leitura do Relatório da Comissão de Avaliação do Relatório de Gestão da Saúde de Jaciara-MT referente ao ano de 2016 os conselheiros votaram e decidiram por unanimidade pela reprovação do Relatório Anual de Gestão referente à 2016. Em seguida, a palavra foi concedida ao Secretário Municipal de Saúde, senhor Audimar Rocha Santos, que informou ter recebido uma notificação da controladoria da prefeitura sobre a exigência do Tribunal de Contas do Estado de que o nome, a carga horária e as especialidades dos profissionais médicos devem estar expostas nas unidades de saúde e no hospital e que já foi elaborado um ofício para informar essa exigência aos estabelecimentos. O secretário também falou sobre uma nova modalidade para contratar serviços e profissionais que é o credenciamento, um processo que será mais rápido que a licitação tradicional, e que quando for adotado os valores que serão pagos pelos serviços passarão para análise do CMS, por esse motivo pode haver a necessidade da realização de reuniões extraordinárias. A presidente Suely questionou o que seria feito quando houver diferença no valor pago aos profissionais contratados em relação ao que é pago aos efetivos e o senhor secretário respondeu que os profissionais concursados receberiam um incentivo para chegar a um valor uniforme. O secretário Audimar expôs

que serão necessários alguns cortes e contenções porque a saúde já está com problemas no orçamento, mas que esses cortes serão feitos com responsabilidade. Disse que sabe que é preciso inverter o modelo atual, em que se gasta mais no hospital do que na atenção básica e que esse é um objetivo para o próximo ano. A senhora Suely ressaltou que o que não pode acontecer é a saúde ser prejudicada e outras pastas beneficiadas, pois são situações muito semelhantes às que levaram à reprovação das contas dos anos anteriores e que o prefeito deve ser alertado quanto a isso. O conselheiro Gerson Rodrigues de Souza sugeriu que para controlar os atendimentos no hospital poderia ser utilizado o título de eleitor, porque Jaciara fica sobrecarregada atendendo aos outros municípios. O secretário Audimar afirmou que é preciso respeitar a pactuação existente, que mesmo sem o apoio do governo do estado é preciso manter o atendimento. Falou mais uma vez sobre o problema no orçamento, que no mês de junho já havia ultrapassado cinquenta por cento do valor previsto para o ano todo. E informou que já tiveram início as obras para a construção de uma nova unidade de saúde que contará com uma equipe completa de profissionais que poderá atender mais satisfatoriamente algumas pessoas que ficaram descontentes com o remapeamento das áreas das unidades de saúde. O secretário expôs sua preocupação com o RAG e com o SIOPS, reconheceu que realmente precisa de alguém capacitado na secretaria de saúde para desenvolver essa função. O conselheiro Gerson Rodrigues de Souza relatou que tem conhecimento de moradores de Dom Aquino que retiram medicamentos na farmácia municipal de Jaciara e o secretário Audimar afirmou que se isso aconteceu não deve se repetir. O conselheiro Euripedes Rodrigues Borges questionou sobre a demora para realização de alguns exames e o secretário Audimar respondeu que existe uma demanda muito grande de exames e que é necessário que os protocolos da regulação estejam funcionando para priorizar o que realmente é necessário e que a médica Nilcéia atuará junto à equipe na Central de Regulação de Jaciara para classificar os pedidos conforme a urgência. A Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Sra. Suely Cristina Castro da Silva de Moraes afirmou que sem processo, sem critérios, sem protocolos é difícil organizar o trabalho e até mesmo cobrar resultados. São muitas demandas para serem atendidas que estão interligadas e para resolver uma situação depende de várias. Por exemplo, para fazer o remapeamento das áreas houve um processo longo, que envolveu diversos profissionais e tempo, análise de critérios e legislação e nem todos entendem essas situações, é normal que existam críticas, mas os trabalhadores estão empenhados em resolver as demandas. O relatório apresentado evidenciou uma série de problemas, que acabam se repetindo, e o secretário já foi e está sendo alertado sobre isso, algumas coisas já está corrigindo, outras tem dificuldade, mas alguns pontos, como o SIOPS, afetam diretamente à gestão. O processo é complexo, mas quando chega no relatório tem situações que levam mesmo à reprovação, tem coisas que podem resultar em apontamentos, mas a má alimentação do SIOPS gera reprovação, pois a partir da alimentação que são gerados relatórios financeiros. O senhor Célio Carnaúba compartilhou sua experiência ao participar do projeto Escola de Pais e observou que o conselho tutelar enfrenta problemas parecidos com os da saúde e que é preciso investir em educação em saúde para as pessoas aprenderem a usar o SUS. O secretário Audimar salientou que o setor de educação permanente e educação em saúde está sendo estruturado com a senhora Mirna e o senhor Célio se ofereceu para atuar como voluntário. O senhor Audimar informou que haverá uma alteração na administração do Hospital Regional de Rondonópolis, mas ainda não foi confirmado quem assumirá a gestão. Em relação à saúde da mulher ele disse que já está certo para outro profissional substituir o médico que está de férias. E sobre os exames de ressonância argumentou que depende da regulação de Cuiabá, mas existe o interesse de mudar a execução desse

serviço para Rondonópolis. O secretário também expôs um problema que tem sido frequente, que é o alto índice de faltas aos exames agendados e que está analisando uma maneira de melhorar essa situação. Em seguida, esclareceu que a situação da recondução à função de concurso da senhora Vera Alves da Silva já foi resolvida. O senhor Vanuberci Franco Monteiro da Silva alertou o secretário de que, em gestões passadas, aconteceram alguns cortes ilegais com a intenção de ajustar despesas, e pediu que o prefeito seja alertado para que a mesma situação não se repita. A conselheira Rosângela R.R. Lopes concordou que deve haver uma fala com o prefeito sobre essa situação. O secretário Audimar argumentou que algumas coisas são passíveis de corte sim, mas que nenhum direito será retirado. A presidente Suely sugeriu que os gestores das unidades/setores que extrapolaram o orçamento sejam responsabilizados por isso. Foi instituída uma comissão para ir conversar com o secretário de administração e finanças e com o prefeito, para tratar das questões orçamentárias, os integrantes da comissão são: Vanuberci, Rosângela, Euripedes, Geni, Célio e Gerson, ficando aberta possibilidade de inclusão de novos membros, e o responsável por agendar a reunião é o secretário Audimar. A coordenadora da atenção básica Luciana Martins informou sobre os projetos para o outubro rosa e o novembro azul. Que a intenção é realizar ações de prevenção, exames, realização do “dia D”, entrega de brindes, ações para mobilizar a sociedade. A senhora Luciana afirmou que a intenção é a realização e entrega dos resultados dos exames em um curto período de tempo para evitar o que aconteceu no ano anterior, das pessoas coletarem o material para os exames e não receberem os resultados, o que gera um descrédito da população nessas ações preventivas. Em seguida a presidente Suely informou que o horário de visita do hospital foi alterado, conforme solicitação do conselho, mas o hospital informou que não haverá uma pessoa responsável pela portaria para controlar a entrada dos visitantes. O secretário Audimar ficou responsável por verificar essa questão junto ao hospital. O próximo tema tratado foi a denúncia sobre a utilização da camionete da saúde pelo prefeito Abdo. De acordo com o secretário Audimar o prefeito irá devolver o veículo, mas não especificou quando, provavelmente até o final do mês. Referente ao relatório de gestão do ano de 2015, que foi reprovado, e foi encaminhado para vários órgãos de controle, o Ministério Público chamou o conselho, e em um primeiro momento a presidente Suely, para prestar alguns esclarecimentos. Na próxima reunião a presidente solicita a presença de mais conselheiros para tratar dessa questão. A presidente Suely convidou todos os presentes para participar da audiência pública de prestação de contas do segundo quadrimestre de 2017, no dia 28 de setembro de 2017, às 14h00 na Câmara dos Vereadores de Jaciara. Sobre o Curso de Desenvolvimento Gerencial do SUS – CDG-SUS, não foi possível a realização na data prevista, mas será remarcado. O secretário Audimar informou que serão adquiridas duas vans para transporte de passageiros e não será mais necessária a contratação desse serviço e também serão adquiridas bicicletas elétricas para as Agentes Comunitárias de Saúde, os dois projetos com recursos de emendas parlamentares. Não havendo mais nenhum assunto para tratar a presidente Sra. Suely Cristina Castro da Silva de Moraes encerrou a reunião às dezessete horas e dez minutos, da qual para constar, eu, Ellys Marina Corrêa Lucchin, lavrei a presente ata. Jaciara, vinte e um de setembro de dois mil e dezessete.